

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Correio do Estado

Class.: 220

Data: 28.12.84

Pg.: 12

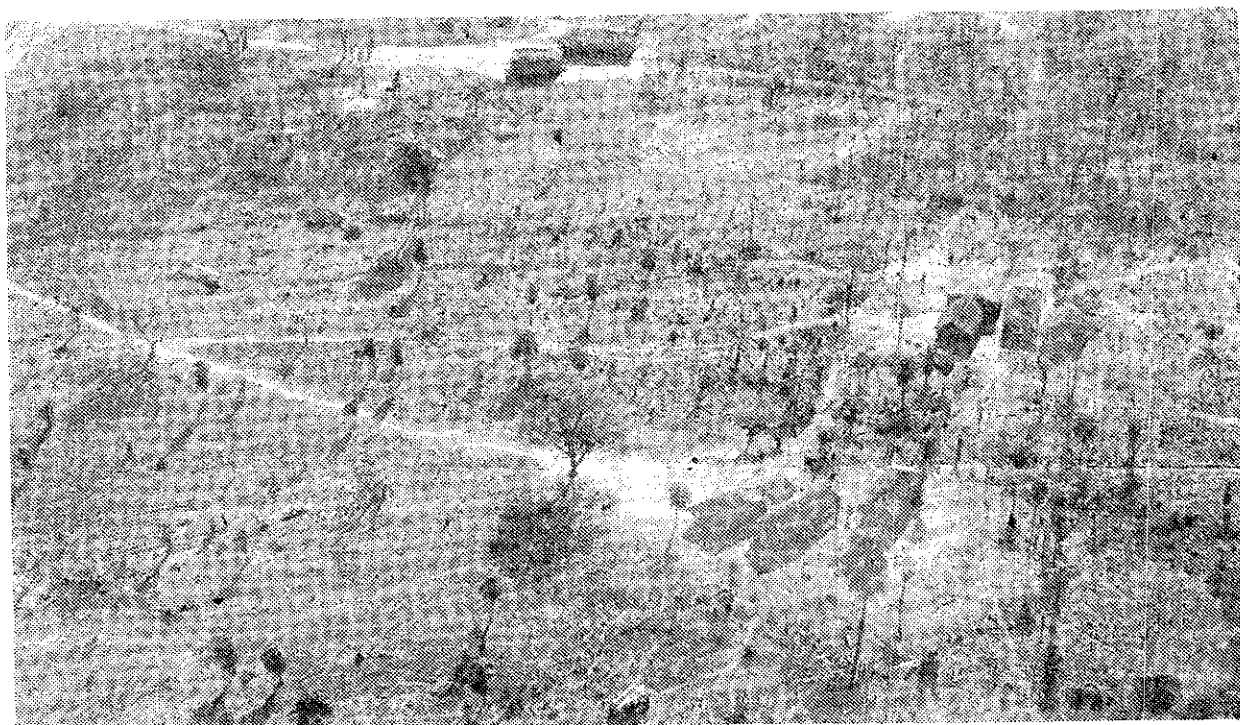
**Fazendeiros deixam terra  
dos Caduveo até o dia 1.º**

Os pecuaristas que arrendaram terras na Reserva da Bodoquena, pertencentes a tribo Caduveo, terão que abandonar as fazendas até o dia 31. Os índios, a partir do dia 1.º, passam a ocupar todas as suas terras. A questão está um tanto conflitante face a prorroga-

ção dos contratos de arrendamento assinada pelo ex-presidente da Funai, mas que foi anulada. De qualquer forma, se houver resistência por parte de algum arrendatário em deixar as terras indígenas, esses vão procurar a Justiça, segundo confirmação feita ontem

pelo delegado regional substituto da Fundação Nacional do Índio, Lisio Lili. Os índios estão pacíficos e calmos, porém afirmam que pretendem apenas assumir aquilo que lhes pertence de direito.

Página 5



Índios caduveo reconquistam toda a sua terra a partir de janeiro

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Coneio do Estado*

Class.: *222 (cont.)*

Data: *28.12.84*

Pg.: \_\_\_\_\_

## Em janeiro, índios querem as terras do arrendamento

Os índios da reserva da Bodoquena passam, a partir do próximo dia 1.º de janeiro, a ocupar as terras hoje arrendadas a pecuaristas do Pantanal. O prazo de ocupação ainda não foi definido, pois depende de acerto entre os índios e arrendatários, para que estes retirem seu gado. Independentemente deste acerto, os arrendatários que insistirem em permanecer na área em decorrência da prorrogação assinalada pelo ex-presidente da Funai (já anulada) terão este prazo decidido na justiça, segundo Lisio Lili, delegado substituto da Funai.

O Delegado informa que os índios, quer no caso com os arrendatários, quer no caso com os posseiros de Morraria, vão procurar os recursos legais para reaverem suas terras. Acrescenta que os caduveo não estão interessados em atritos com os posseiros. Querem primeiro resolver a questão com o arrendatário, que hoje ocupa 300 mil hectares da reserva. Além de estarem com a maior parcela das terras, estes arrendatários tentarão se manter na terra por conta do documento que a atual presidência Funai considera como fraudulento. Como a saída dos posseiros é indiscutível, pretendem primeiro resolver a questão mais difícil, dando assim um prazo para que o governo do Estado e Incra encontrem uma solução para os colonos da Morraria.

Esta será a atitude também com relação aos posseiros que invadiram fazendas arrendadas pela Funai. Lisio Lili explicou que os arrendatários não cumpriram um dos itens do contrato, que era a manutenção da área como foi encontrada, pois permitiram a invasão das terras. Desta forma, após tomarem posse destas áreas, os índios poderão acionar judicialmente estes fazendeiros para conseguirem o cumprimento do contrato.

Apesar das intenções pacíficas, Lisio Lili diz que os índios, quando em contato com o pessoal da Funai, afirmam que pretendem assumir o que é deles, mas e que têm um prazo. Caso as medidas judiciais não dêem resultado, podem até brigar e, e for este o desfecho, lembram que as comunidades indígenas estão dispostas a se auxiliarem. A Funai tem recebido denúncias também, segundo o delega-

do, de que os posseiros da Morraria estão se armando, mas não acredita nisso, tanto porque o índio não está disposto a atritos, como pelo fato de que já existem um projeto do Incra em andamento para recolocação destas famílias.

Com a retomada das terras, da reserva da Bodoquena a intenção é desenvolver projetos que garantam,

não só o desenvolvimento de atividades econômicas — agricultura e pecuária — como a manutenção da estrutura comunitária das tribos. Lili lembra que hoje os índios vivem em comunidade na aldeia e que o deslocamento das famílias para as sedes das fazendas poderá trazer um individualismo que seria prejudicial para a manutenção da cultura dos índios.

Todos estes aspectos estão sendo estudados por uma equipe de três técnicos da Funai e mais as lideranças indígenas da reserva. Foi assim que surgiu a idéia de um internato para as crianças, onde permaneçam com a vivência comunitária. Esta escola pretende formar não só o índio em condições de entender a comunidade branca — para não ser "assimilado", como também pretende ter matérias específicas da cultura indígena — ritos, tradições, história, língua.

Outra preocupação da Funai e dos índios é quanto ao destino das áreas retomadas. Além da criação de gado de corte — os caduveo são pecuaristas — devem desenvolver também uma agricultura de subsistência, pois as sedes das fazendas são muito distantes e se os índios não cultivarem sua própria alimentação, terão que se deslocar muito para aquisição destes produtos. Lili acrescenta que nas áreas impróprias para a agricultura, com inundações permanente, terão que buscar outra solução, que é possivelmente a lavoura comunitária, a ser desenvolvida na região da Morraria, após a recolocação dos colonos na área adquirida pelo Incra.

Todos estes projetos dependem ainda de decisão da presidência da Funai, pois envolve a destinação de recursos para assegurar o início do trabalho. Esta posição deverá estar definida até o final deste ano.

### Arrendatários não procuram a Funai

Somente um arrendatário da Bodoquena procurou a Funai para saber da validade do documento que possui, prorrogando o contrato de arrendamento de terras da reserva indígena, mas extra-oficialmente a delegacia do órgão tomou conhecimento de que os 84 arrendatários vão entrar com ação conjunta na Justiça, buscando garantir a permanência na área por mais de cinco anos.

Lisio Lili, delegado substituto da Funai explicou que os contratos não têm validade, o que está amplamente comprovado com os documentos e depoimentos acumulados pela procuradoria do órgão. No entanto, diz que os fazendeiros têm direito à defesa de seus interesses e este processo pode determinar uma demora um pouco maior na ocupação, pelo índio, de algumas fazendas.

O fazendeiro que procurou a Funai lembrou também que possui

— segundo declarou — cerca de 1.500 cabeças de gado na área e que não pode transferir todo o seu rebanho rapidamente. Lili diz que esta questão será decidida diretamente entre o fazendeiro e os índios que não têm interesse em prejudicar o ex-arrendatário.

Atualmente os arrendatários ocupam, da área total da reserva, 300 mil hectares. Os posseiros da Morraria ocupam cerca de 140 mil hectares, restando menos de 60 hectares para os índios. O delegado rebate também as críticas de que é muita área para poucos índios. A reserva total tem 583 mil hectares e são cerca de mil índios, o que dá 583 hectares para cada um. Grande parte das fazendas do Estado têm área superior, segundo ele. Lili acrescenta ainda que ninguém está discutindo se os fazendeiros têm muita terra, se aproveitam bem suas terras, porque ninguém discute, debate a questão da propriedade em relação ao branco.